

Apresentação: 21/10/2025 18:50:35.730 - CPASF
 ESB 1/2025 CPASF => PL 240/2024
ESB n.1/2025

ESB n.1/2025

0 2 5 0 2 7 9 3 3 3 8 0 *



JUSTIFICAÇÃO

A presente ementa visa assegurar o efetivo cumprimento do direito à prioridade da pessoa idosa, superidosa e portadores de doenças graves na esfera da execução orçamentária e financeira da União, aplicável ao pagamento de passivos administrativos e judiciais devidos a servidores, magistrados, membros do Ministério Público e pensionistas. Embora a Constituição Federal, em seu art. 100, §2º, já reconheça a prioridade no pagamento de precatórios alimentares a maiores de 60 anos e a portadores de doença grave, tal benefício não se estende aos créditos administrativos, o que tem levado a um quadro de desigualdade material e atraso injustificado no adimplemento de direitos reconhecidos a essas pessoas — muitos dos quais falece(m) antes da quitação integral dos valores devidos.

No plano infralegal, Resoluções do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) já acolhem a ideia de tratamento prioritário para maiores de 60 anos no pagamento de passivos, bem como a obediência à ordem cronológica “sempre que possível”. Todavia, permanece um vazio normativo no tocante à uniformização dessa prioridade em todo o Sistema de Justiça da União — notadamente quanto ao Ministério Público da União e demais órgãos —, gerando distorções práticas e afrontando o princípio da isonomia (art. 5º, caput, CF) sob a ótica da igualdade material e, ainda, da Lei 10.741/2003.

A iniciativa, portanto, uniformiza o tratamento jurídico, cumprindo o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) sua finalidade constitucional de proteção integral (art. 230, CF) e conferindo eficácia material ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência (art. 37, caput, CF).

Não se cria despesa nova, apenas se racionaliza a ordem de pagamentos para garantir que pessoas idosas e portadores de doença grave recebam, em vida, aquilo que lhes é devido, sem preterição dos demais credores, mas com prioridade humanitária e constitucionalmente vocacionada.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2025.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO

